www.pwc.com.br

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 e relatório do auditor independente

pwc

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

Nosso desempenho

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no primeiro semestre de 2017 R$ 1.347,1 bilhões, aumento de R$ 16,4 milhões ou 1,2% em relação ao primeiro semestre de 2016.

- **Despesas administrativas**

No primeiro semestre de 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 10,7%, com aumento de 1,2 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2016.

O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

- **Resultado financeiro**

As receitas financeiras totalizaram no primeiro semestre de 2017 R$ 114,8 milhões, com redução de R$ 32,0 milhões, ou 21,8% em relação ao primeiro semestre de 2016, devido a redução nas outras receitas financeiras em R$ 4,7 milhões, ou 10,6% em relação ao primeiro semestre de 2016 e nas receitas com aplicações financeiras em R$ 27,2 milhões, ou 26,7% em relação ao primeiro semestre de 2016.

As despesas financeiras totalizaram no primeiro semestre de 2017 R$ 15,1 milhões, com redução de R$ 1,7 milhões, ou 10,1% em relação ao primeiro semestre de 2016.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), no primeiro semestre de 2017 foi de 100,4%, aumento de 0,3 pontos percentuais em relação aos 100,2% do primeiro semestre de 2016. Esta variação decorre do aumento de 1,1 pontos percentuais no índice de sinistralidade e de 1,1 pontos em despesas administrativas e despesas com tributos, compensado pela redução de 1,9 pontos em outras receitas e despesas operacionais.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no primeiro semestre de 2017 foi de 92,8%, aumento de 2,6 pontos percentuais em relação ao primeiro semestre de 2016.

- **Lucro líquido e por ação**

O lucro líquido totalizou no primeiro semestre de 2017 R$ 63,4 milhões, registrando redução de R$ 6,2 milhões ou 8,9% em relação ao primeiro semestre de 2016. O lucro por ação foi de R$ 2,45 no primeiro semestre de 2017 e R$ 2,69 no primeiro semestre de 2016.

Distribuição de dividendos

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2017.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Azul Companhia de Seguros Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os exames das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditorias com data de 22 de agosto de 2016 e 21 de fevereiro de 2017, respectivamente, ambos sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

Azul Companhia de Seguros Gerais

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5 "S" RJ

Azul Companhia de Seguros Gerais

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016

(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Circulante		**1.743.241**	**1.884.476**
Disponível		16.294	18.038
Caixa e bancos		16.294	18.038
Equivalentes de caixa	6	71.537	86.673
Aplicações	7	785.139	917.867
Créditos das operações com seguros e resseguros		590.991	586.026
Prêmios a receber	8.1	590.605	585.982
Operações com seguradoras		342	-
Operações com resseguradoras		44	44
Outros créditos operacionais		12.937	17.467
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	1.782	1.827
Títulos e créditos a receber		13.882	6.195
Títulos e créditos a receber		1.335	1.252
Créditos tributários e previdenciários		11.575	4.752
Outros créditos		972	191
Outros valores e bens		24.799	25.215
Bens à venda	10.1	24.392	24.608
Outros valores		407	607
Despesas antecipadas		2.702	3.725
Custos de aquisição diferidos	11	223.178	221.443
Seguros		223.178	221.443
Não circulante		**955.164**	**819.059**
Realizável a longo prazo		637.319	501.333
Aplicações	7	505.039	348.352
Outros créditos operacionais		1.912	2.172
Títulos e créditos a receber		119.677	141.207
Títulos e créditos a receber		209	209
Créditos tributários e previdenciários	9.1	41.298	43.297
Depósitos judiciais e fiscais	10	75.677	94.858
Outros créditos		2.493	2.843
Outros valores e bens	10.1	10.212	8.708
Despesas antecipadas		479	894
Investimentos		8.815	8.940
Participações societárias		359	387
Imóveis destinados à renda		8.456	8.553
Imobilizado	12	302.011	304.023
Imóveis de uso próprio		296.908	298.300
Bens móveis		4.432	5.120
Outras imobilizações		671	603
Intangível		7.019	4.763
Outros intangíveis		7.019	4.763
Total ativo		**2.698.405**	**2.703.535**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Circulante		**1.907.041**	**1.873.141**
Contas a pagar		112.685	139.304
Obrigações a pagar	13.1	49.907	80.422
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	51.217	49.443
Encargos trabalhistas		4.196	3.147
Impostos e contribuições		5.489	4.320
Outras contas a pagar		1.876	1.972
Débitos de operações com seguros e resseguros		73.982	75.100
Prêmios a restituir		207	148
Operações com resseguradoras		-	2
Corretores de seguros e resseguros	14	62.378	62.970
Outros débitos operacionais		11.397	11.980
Depósitos de terceiros	15	4.512	2.491
Provisões técnicas - seguros	16	1.715.862	1.656.246
Danos		1.714.897	1.655.141
Pessoas		965	1.105
Não circulante		**110.127**	**124.659**
Contas a pagar		17.718	12.607
Obrigações a pagar	13.1	2.153	2.001
Tributos diferidos	9.2.2	15.565	10.606
Provisões técnicas - seguros	16	20.757	21.054
Danos		20.350	20.563
Pessoas		407	491
Outros débitos		71.652	90.998
Provisões judiciais	17	71.652	90.998
Patrimônio líquido	18	**681.237**	**705.735**
Capital social	18.a	486.276	486.276
Aumento de capital (em aprovação)		21.199	-
Reservas de reavaliação		3.043	3.086
Reservas de lucros		163.907	215.456
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	6.812	917
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.698.405**	**2.703.535**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos resultados para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Junho de 2017	Junho de 2016
Prêmios emitidos	19	1.347.131	1.330.770
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	(43.106)	(28.344)
Prêmios ganhos	19	**1.304.025**	**1.302.426**
Receitas com emissão de apólices		**3.718**	**3.576**
Sinistros ocorridos		**(838.078)**	**(822.510)**
Custos de aquisição	21	**(239.410)**	**(239.687)**
Outras receitas e despesas operacionais	22	**(63.523)**	**(88.874)**
Resultado com resseguro		**(25)**	**86**
Receita com resseguro		-	86
Despesa com resseguro		(25)	-
Despesas administrativas	23	**(139.802)**	**(123.997)**
Despesas com tributos	24	**(29.279)**	**(29.947)**
Resultado financeiro	25	**99.683**	**129.992**
Resultado patrimonial		**1.796**	**1.878**
Resultado operacional		**99.105**	**132.943**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**(45)**	**230**
Resultado antes dos impostos e participações		**99.060**	**133.173**
Imposto de renda	9.3	**(17.224)**	**(31.292)**
Contribuição social	9.3	**(12.935)**	**(24.907)**
Participações sobre o lucro		**(5.503)**	**(7.383)**
Lucro líquido do semestre		**63.398**	**69.591**
Quantidade de ações (mil)		25.866.978	25.866.978
Lucro líquido por ação - R$		2,45	2,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos resultados abrangentes para os semestres findos em 31 de junho de 2017 e 2016
(em milhares de reais)

	Junho de 2017	Junho de 2016
Lucro líquido do semestre	**63.398**	**69.591**
Outros resultados abrangentes	**5.895**	**5.207**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	10.718	9.547
Efeitos tributários	(4.823)	(4.297)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	(78)
Efeitos tributários	-	35
Total dos resultados abrangentes para o semestre, líquido dos efeitos tributários	**69.293**	**74.798**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto para informações sobre dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial/ Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2015		**488.173**	**(1.897)**	**3.172**	**174.488**	**(8.093)**	**-**	**655.843**
Redução de capital:								
Portaria SUSEP nº 14 de 28/06/2016		(1.897)	1.897	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação:								
Realização		-	-	(43)	-	-	43	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	-	-	-	-	5.207	-	5.207
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	69.591	69.591
Destinação do lucro líquido do semestre								-
Dividendos distribuidos (intermediários) - R$ 1,55 por ação	18.c	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
Saldos finais em 30 de junho de 2016		**486.276**	**-**	**3.129**	**174.488**	**(2.886)**	**29.634**	**690.641**
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016		**486.276**	**-**	**3.086**	**215.456**	**917**	**-**	**705.735**
Reservas de reavaliação:								
Realização		-	-	(43)	-	-	43	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	-	-	-	-	5.895	-	5.895
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	63.398	63.398
Destinação do lucro líquido do semestre								
Dividendos distribuidos (intermediários) - R$ 3,48 por ação	18.c	-	-	-	(51.549)	-	(38.451)	(90.000)
Juros s/capital próprio - aumento de capital - R$ 0,96	18.a/c	-	21.199	-	-	-	(24.990)	(3.791)
Saldos finais em 30 de junho de 2017		**486.276**	**21.199**	**3.043**	**163.907**	**6.812**	**-**	**681.237**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Azul Companhia de Seguros Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Junho de 2017	Junho de 2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	63.398	69.591
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	2.816	2.577
Perda/Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	1.440	1.116
Perda/Ganho na alienação de imobilizado e intangível	45	(230)
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	(17)
Outros ajustes	5.894	5.207
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(23.959)	(170.290)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(6.405)	45.355
Ativos de resseguro	45	(173)
Créditos fiscais e previdenciários	(2.409)	(600)
Ativo fiscal diferido	(2.415)	5.519
Depósitos judiciais e fiscais	19.181	(3.484)
Despesas antecipadas	1.438	(1.373)
Custos de aquisição diferidos	(1.735)	(7.971)
Outros ativos	3.188	(10.993)
Impostos e contribuições	40.286	55.107
Outras contas a pagar	(22.677)	(14.106)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(1.118)	(10.309)
Depósitos de terceiros	2.021	2.437
Provisões técnicas - seguros e resseguros	59.319	98.539
Provisões judiciais	(19.346)	3.813
Caixa líquido gerado nas operacões	**119.005**	**69.715**
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	30	-
Imposto sobre o lucro pagos	(39.117)	(57.304)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**79.918**	**12.411**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	24	3
Imobilizado	-	3.927
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(606)	(4.170)
Intangível	(2.425)	(792)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(3.007)**	**(1.032)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	21.199	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(114.990)	(40.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(93.791)**	**(40.000)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(16.880)**	**(28.621)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**104.711**	**66.693**
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	**87.831**	**38.072**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº. 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 – 13º, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

A Ata de Reunião de Diretoria da Companhia aprovou em 30 de junho de 2017 a distribuição de R$ 24.990 em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2017. Este primeiro crédito de JCP era normalmente realizado no mês de outubro de cada exercício, assim o benefício fiscal obtido com a distribuição ocorreu neste primeiro semestre (vide nota explicativa nº. 18 (a)).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve em 2017 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização do imposto diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 21 de agosto de 2017.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº. 517/15 e alterações.

Essas informações semestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação – caso ocorram - das alterações ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, disponíveis no "site" (www.portoseguro.com.br/ri), da SUSEP (www.susep.gov.br) e da Companhia (www.azulseguros.com.br).

As demonstrações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia e sua controlada não serão apresentadas, conforme facultado pela SUSEP. Contudo, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 01 de agosto de 2017.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado – Títulos para negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.5.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

2.5.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP.

2.5.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por "impairment" registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. Perdas por "impairment" em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas em períodos subsequentes.

2.5.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados e propriedades imobiliárias para investimento, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil

pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.6 BENS À VENDA

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, líquido das despesas que são de responsabilidade do comprador, como despesas de leilão do bem. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.8 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.9 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS – CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos.

2.10 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

2.10.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINAIS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, líquida da parcela do prêmio destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNeR) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. Essa provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuarias.

2.10.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem a aquisição da titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos

de danos parciais ou totais cobertos em um contrato. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

2.11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui benefício demissional calculados com base no período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenho sido estabelecido.

2.12 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.13 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.13.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.10.1(a)). O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.13.2 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do parcelamento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.14 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O JCP é imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo(TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% (vide nota explicativa nº 9.3).

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, no circulante e não circulante, em 30 de junho de 2017, era de R$ 1.736.619.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito o item 2.5.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 30 de junho de 2017, era de R$ 1.968.614 para os quais existem R$ 614 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das provisões para tais processos leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico, além de ser utilizado o melhor julgamento sobre esses casos. O valor total das provisões judiciais, em 30 de junho de 2017, era de R$ 71.652, para as quais existe R$ 75.677 em depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da

Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 30 de junho de 2017, era de R$ 25.944 (ativo) e R$ 15.565 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a Alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento continuo dos processos de gestão de risco.

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “A” da contraparte

divulgados por agências externas (S&P, Moodys e Fitch). Na ausência de ratings externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos ("ratings" internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações.

Em 30 de junho de 2017, 76,3% (73,6% em 31 de dezembro de 2016) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O Risco de Liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Junho de 2017		Dezembro de 2016	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/ sem vencimento	195.565	-	190.251	-
Fluxo de 1 a 30 dias	270.672	136.353	298.596	123.753
Fluxo de 2 a 6 meses	364.146	712.615	351.099	684.994
Fluxo de 7 a 12 meses	260.935	342.199	241.164	325.273
Fluxo de acima de 1 ano	926.531	90.296	1.026.938	68.280
Total	**2.017.849**	**1.281.463**	**2.108.048**	**1.202.300**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Inflação (IPCA/IGPM)	38,8%	30,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	36,9%	55,5%
Prefixados	24,3%	13,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco (“Value at Risk” - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de “stress” e as ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realisticos e plausíveis ao perfil e caracteristica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de “stress”. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2017:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+/- 50 b.p.	17.243
	+/- 25 b.p.	8.948
	+/- 10 b.p.	3.661
Juros pré-fixados	+/- 50 b.p.	9.484
	+/- 25 b.p.	4.963
	+/- 10 b.p.	2.055
Juros pós-fixados	+/- 50 b.p.	111
	+/- 25 b.p.	92
	+/- 10 b.p.	74

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos e pessoas. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio**: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia investe em técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.10.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Adicionalmente, cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.

- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.10.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores em determinados tipos de veículos e gravação da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo.

A tabela a seguir apresenta a exposição de risco de seguro por região:

Localidade	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Região Sudeste	69,6%	69,6%
Região Sul	17,4%	17,6%
Região Nordeste	9,2%	8,9%
Região Centro-Oeste	2,8%	2,8%
Região Norte	1,0%	1,1%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(52.346)	(16.279)
Sinistro - aumento de 15,0 %	(14.076)	(5.228)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão Corporativa de Risco monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de riscos de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 18 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs), com vencimentos em até 3 meses.

7. APLICAÇÕES

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Junho de 2017			Dezembro de 2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	177.173	-	177.173	169.446	-	169.446
	177.173	**-**	**177.173**	**169.446**	**-**	**169.446**
Fundos exclusivos						
LFTs	192.911	-	192.911	418.080	-	418.080
NTNs - B	150.618	-	150.618	48.586	-	48.586
Letras financeiras - privadas	-	25.581	25.581	-	32.538	32.538
NTNs - C	20.578	-	20.578	19.102	-	19.102
Debêntures	-	15.442	15.442	-	17.260	17.260
CDBs	-	7.371	7.371	-	9.139	9.139
Outros	-	287	287	-	137	137
	364.107	**48.681**	**412.788**	**485.768**	**59.074**	**544.842**
Carteira própria						
Letras Financeiras - privadas	-	-	-	-	20.797	20.797
	-	**-**	**-**	**-**	**20.797**	**20.797**
Total	**541.280**	**48.681**	**589.961**	**655.214**	**79.871**	**735.085**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**46%**			**58%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.1.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Junho de 2017			Dezembro de 2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
LTNs	346.209	-	346.209	182.782	-	182.782
NTNs - B	292.120	-	292.120	285.798	-	285.798
NTNs - C	38.764	-	38.764	38.691	-	38.691
Debêntures	-	22.628	22.628	-	23.340	23.340
Total (i)	**677.093**	**22.628**	**699.721**	**507.271**	**23.340**	**530.611**
Circulante			195.178			182.782
Não circulante (ii)			504.543			347.829
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**54%**			**42%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em junho de 2017 era de R$ 686.398 (R$ 528.006 em dezembro de 2016), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R$ 13.323 (R$ 2.605 em dezembro de 2016), e um efeito de R$ 10.718 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários.

(ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R$ 496 em junho de 2017 (R$ 523 em dezembro de 2016).

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Saldo inicial	**1.352.892**	**1.226.899**
Aplicações	712.454	1.143.742
Resgates	(767.789)	(1.190.901)
Rendimentos	74.876	189.591
Ajuste a valor de mercado	(10.718)	(16.439)
Saldo final	**1.361.715**	**1.352.892**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.2.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Equivalentes de caixa (*)	10,12	13,63
Fundos exclusivos		
Letras financeiras % CDI	105,93	106,89
NTNs B - IPCA	5,46	6,08
NTNs C - IGPM	5,90	5,90
Carteira própria		
LTNs	12,41	13,22
NTNs série B - IPCA	5,94	6,02
NTNs C - IGPM	5,45	5,45
Letras financeiras	-	106,00

(*) Vide nota explicativa nº 7.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2017			Dezembro de 2016		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóveis	409.601	(489)	409.112	422.852	(366)	422.486
Resp. Civil facultativa	122.648	(120)	122.528	127.396	(94)	127.302
Assistência e outras coberturas auto	53.536	(5)	53.531	30.400	(4)	30.396
Demais Ramos	5.434	-	5.434	5.798	-	5.798
	591.219	**(614)**	**590.605**	**586.446**	**(464)**	**585.982**

8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
A vencer	574.457	567.028
Vencidos de 1 a 30 dias	15.619	18.375
Vencidos 31 a 60 dias	450	439
Vencidos 61 a 120 dias	263	231
Acima de 120 dias	430	373
	591.219	**586.446**
Redução ao valor recuperável	(614)	(464)
	590.605	**585.982**

8.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Saldo inicial	**585.982**	**566.801**
Prêmios emitidos	1.374.820	2.700.005
IOF	99.794	196.604
Adicional de fracionamento	34.144	72.958
Prêmios cancelados	(57.041)	(105.561)
Recebimentos	(1.446.944)	(2.844.604)
Redução ao valor recuperável	(150)	(221)
Saldo final	**590.605**	**585.982**

8.1.3 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Automóvel	1 a 4	79,8%	81,0%
	5 a 10	20,2%	19,0%

9. TRIBUTOS

9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	25.944	28.359
PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR	13.953	14.938
Outros	1.401	-
	41.298	**43.297**

(*) Vide nota explicativa nº. 9.2.1

9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2016	Constituição	Reversão	Junho de 2017
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para processos judiciais	5.627	453	(430)	5.650
Redução ao valor recuperável de ativos	4.607	622	-	5.229
Provisão passivas não dedutíveis	3.523	608	(154)	3.977
Provisão para obrigações legais – COFINS	2.518	-	-	2.518
Provisão para obrigações legais – INSS	7.573	-	(5.132)	2.441
Provisão fiscal - outras	2.259	-	-	2.259
Provisão para obrigações legais – PIS	1.853	-	-	1.853
Outras	399	2.510	(892)	2.017
	28.359	**4.193**	**(6.608)**	**25.944**

9.2.2 PASSIVO

	Dezembro de 2016	Constituição	Reversão	Junho de 2017
Natureza				
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.333	-	(43)	3.290
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	6.101	681	(502)	6.280
Outros	1.172	5.092	(269)	5.995
	10.606	**5.773**	**(814)**	**15.565**

9.3 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2017	Junho de 2016
Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL)	99.060	133.173
(-) Participações nos resultados	(5.503)	(7.383)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**93.557**	**125.790**
Alíquota vigente	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(42.101)**	**(56.606)**
Juros sobre o capital próprio (*)	11.246	-
Incentivos fiscais	366	170
Dividendos recebidos	8	7
Outros	322	230
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**11.942**	**407**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(30.159)**	**(56.199)**
Taxa efetiva (D/A)	**30%**	**42%**

(*) O benefício fiscal de JCP era normalmente obtido com distribuição no mês de outubro de cada exercício. A partir do exercício de 2017 a Companhia realiza o crédito de JCP aos seus acionistas no primeiro semestre (vide nota explicativa nº. 1).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
COFINS (*)	17.989	17.318
Processo judiciais com adesão ao REFIS (*)	13.618	34.783
Programa de Integração Social - PIS (*)	9.132	8.840
INSS - autônomos (*)	7.339	7.079
Imposto s/Circulação de Mercadoria e Serviços	5.546	5.351
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	5.520	5.316
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (*)	4.032	3.855
Trabalhistas	3.794	3.655
Contingências cíveis	2.357	2.511
Outros depósitos fiscais	6.350	6.150
	75.677	**94.858**

(*) Vide nota explicativa nº 17 (a).

10.1 BENS À VENDA – SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Permanência até 30 dias	6.381	4.461
Permanência de 31 a 60 dias	10.723	12.945
Permanência de 61 a 120 dias	9.676	9.023
Permanência de 121 a 365 dias	10.211	9.142
Permanência a mais de 365 dias	6.644	5.486
	43.635	**41.057**
Redução ao valor recuperável	(9.031)	(7.741)
	34.604	**33.316**
Circulante	24.392	24.608
Não circulante	10.212	8.708

(*) Compreendem os salvados à venda (ativo circulante) e os salvados não disponíveis para venda (ativo não circulante).

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Automóvel	222.773	221.021
Outros	405	422
	223.178	**221.443**

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses.

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Saldo inicial	221.443	219.407
Constituição	223.965	457.220
Apropriação para despesa	(222.230)	(455.184)
Saldo final	**223.178**	**221.443**

12. IMOBILIZADO

		Movimentações			Junho de 2017			
	Saldo residual em Dezembro de 2016	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos	153.271	12	-	-	153.283	-	153.283	-
Edificações (i)	145.029	127	-	(1.530)	156.064	(12.439)	143.625	2,0
Imóveis de uso	**298.300**	**139**	**-**	**(1.530)**	**309.347**	**(12.439)**	**296.908**	
Informática	3.334	287	(2)	(728)	9.648	(6.757)	2.891	25,0
Móveis, máquinas e utensílios	1.476	17	-	(171)	3.535	(2.213)	1.322	10,0
Outras Imobilzações	310	8	(45)	(53)	2.069	(1.850)	219	
Bens móveis de uso	**5.120**	**312**	**(47)**	**(952)**	**15.252**	**(10.820)**	**4.432**	
Obras em andamentos	378	157	-	-	536	-	536	-
Outras Imobilzações	225	-	(22)	(67)	135	-	135	50,0
Outras imobilizações	**603**	**157**	**(22)**	**(67)**	**671**	**-**	**671**	
	304.023	**608**	**(69)**	**(2.549)**	**325.270**	**(23.259)**	**302.011**	

(i) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia detinha o total de R$ 4.684 (R$ 4.737 em dezembro de 2016) em imóveis vinculados como garantias das provisões técnicas de seguros na SUSEP (ver nota explicativa nº 16.2).

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Serviços de assistência	14.743	31.867
Transações com partes relacionadas (*)	22.078	21.486
Participação nos lucros a pagar	9.628	24.061
Outras obrigações	1.829	1.601
Provisão de benefícios a empregados	2.153	2.001
Dividendos a pagar	1.629	1.407
	52.060	**82.423**
Circulante	49.907	80.422
Não Circulante	2.153	2.001

(*) Vide nota explicativa nº 26

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
IOF	40.345	39.904
Imposto de renda retido na fonte	4.224	2.598
INSS e FGTS	1.608	1.826
Imposto sobre serviços retidos	1.371	1.491
Outros	3.669	3.624
	51.217	**49.443**

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS – CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. A tabela a seguir demonstra a abertura por prazos:

	De 1 a 30 dias	De 1 a 6 meses	Total
Cobrança antecipada de prêmios	506	21	527
Prêmios e emolumentos recebidos	3.985	-	3.985
Total em 30 de junho de 2017	**4.491**	**21**	**4.512**
Total em 31 de dezembro de 2016	**2.491**	**-**	**2.491**

16. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Junho de 2017		Dezembro de 2016	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.277.422	1.277.422	1.235.087	1.235.087
Sinistros e benefícios a liquidar	282.313	280.531	280.441	278.614
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	167.626	167.626	153.182	153.182
Demais provisões	9.258	9.258	8.590	8.590
Total	**1.736.619**	**1.734.837**	**1.677.300**	**1.675.473**
Circulante	1.715.862		1.656.246	
Não circulante	20.757		21.054	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.10.2).

16.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO RESSEGURO

	Passivo de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos de Resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.561.556**	**1.633**
Constituições decorrentes de prêmios	2.549.973	-
Diferimento pelo risco decorrido	(2.412.128)	-
Aviso de sinistros	1.842.405	125
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.789.074)	(59)
Atualização monetária e juros	24.686	128
Outras (constituição/reversão)	(100.118)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.677.300**	**1.827**
Constituições decorrentes de prêmios	1.289.326	-
Diferimento pelo risco decorrido	(1.189.186)	-
Aviso de sinistros	923.575	(69)
Pagamento de sinistros/benefícios	(902.951)	-
Atualização monetária e juros	10.733	24
Outras (constituição/reversão)	(72.178)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	**1.736.619**	**1.782**

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Total das provisões técnicas (A)	**1.736.619**	**1.677.300**
Direitos creditórios (i)	488.360	474.391
Custo de aquisição diferidos pagos	156.935	157.857
Operações com resseguradoras	1.782	1.827
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**647.077**	**634.075**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.089.542**	**1.043.225**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**128.884**	**130.182**
Títulos de renda fixa - públicos	677.094	507.271
Quotas de fundos de investimento	589.961	714.287
Títulos de renda fixa - privados	22.628	44.139
Imóveis	4.684	4.737
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.294.367**	**1.270.434**
Excedente (E - C - D)	**75.941**	**97.027**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

16.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Dezembro 2016	Junho 2017
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	**88,4**	**121,6**	**158,7**	**177,6**	**193,7**	**220,2**	**236,1**	**264,9**	**273,7**
Um ano mais tarde	95,9	122,5	164,7	183,5	179,0	215,0	230,2	171,1	-
Dois anos mais tarde	95,3	137,4	173,3	185,8	189,6	227,9	231,9	-	-
Três anos mais tarde	106,8	142,1	174,3	196,4	193,5	231,9	-	-	-
Quatro anos mais tarde	110,1	141,8	185,0	196,7	198,1	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	109,0	152,3	182,6	200,7	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	119,3	148,7	186,5	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	115,3	152,5	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	118,9	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	**115,3**	**152,5**	**186,5**	**200,7**	**198,1**	**231,9**	**231,9**	**171,1**	**273,7**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(106,6)**	**(137,9)**	**(168,0)**	**(178,2)**	**(170,3)**	**(195,9)**	**(188,8)**	**(118,6)**	**-**
Total	**-**	**2,3**	**3,9**	**4,1**	**5,3**	**8,2**	**7,1**	**9,5**	**273,7**
DPVAT e retrocessão									**176,2**
PSL e IBNR reconhecidas no									**449,9**

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAS - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2017		Dezembro de 2016	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Saldo inicial	**55.234**	**53.407**	**45.462**	**43.829**
Total pago no exercício	(16.581)	(16.536)	(23.951)	(23.856)
Novas constituições no exercício	2.030	2.030	3.836	3.836
Baixas da provisão por êxito	(3.217)	(3.217)	(4.546)	(4.546)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	15.027	15.083	30.980	30.691
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	826	826	3.453	3.453
Saldo final (ii)	**53.319**	**51.593**	**55.234**	**53.407**
Quantidade de processos	2.940	2.940	3.131	3.131

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.
(ii) Não incluem saldos de DPVAT.

17. OUTROS DÉBITOS – PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada

pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**71.952**	**5.454**	**7.671**	**85.077**
Constituições	179	82	1.485	1.746
Enc.êxito/reversões (*)	(306)	(606)	(1.579)	(2.491)
Pagamentos	-	-	(785)	(785)
Atualização monetária	6.616	444	391	7.451
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**78.441**	**5.374**	**7.183**	**90.998**
Constituições	13	744	404	1.161
Enc.êxito/reversões (*)	(106)	-	(543)	(649)
Pagamentos (*)	(22.143)	(77)	(749)	(22.969)
Atualização monetária	2.667	512	(68)	3.111
Saldo em 30 de junho de 2017	**58.872**	**6.553**	**6.227**	**71.652**
Quantidade de processos	39	68	101	208

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)), com pagamento (reversão a União).

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
COFINS (i)	17.989	17.318
REFIS (v)	10.423	31.608
PIS (ii)	9.406	9.113
INSS - autônomos (iii)	7.339	7.169
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	5.303	5.087
Outras	8.412	8.146
	58.872	**78.441**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia

questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil. Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário nº 427.966 interposto pela União. Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 17/97, estamos aguardando julgamento do agravo de instrumento apresentado. Na ação que discute a Lei 9.718/98, atualmente aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, que foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) Instituto Nacional da Previdência Social – INSS autônomos

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS no ano de 2013, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação para desistência das ações.

Procedeu o pagamento (reversão a União) de R$ 22.143 a título de REFIS proveniente de despacho relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da

Lei nº. 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e não são reconhecidas contabilmente, quando classificadas como perda possível ou remota. Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível tem seu risco total estimado em R$ 5.982 (R$ 5.661 em dezembro de 2016). A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados da Companhia.

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 6.553 (R$ 5.375 em dezembro de 2016) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 24 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registradas contabilmente, no montante em riscos de R$ 23.968 (R$ 28.817 em dezembro de 2016) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significados no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2017, o capital social autorizado, subscrito e integralizado era de R$ 486.276, dividido em 25.866.978 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Foram aprovados pela Ata de Reunião da Diretoria da Companhia em 26 de junho de 2017 e pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. e Ata de Reunião da Diretoria da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 27 de junho de 2017, o aumento de capital no montante de R$ 21.199, proveniente de crédito de Juros sobre Capital Próprio distribuído. O referido aumento de capital encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2).

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do período ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio – JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Nas datas de 31 de janeiro, 08 de março, 31 de março e 27 de abril de 2017, a Companhia efetuou distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no montante de R$ 90.000, mediante utilização de lucros do semestre corrente.

Em junho de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R$ 24.990, mediante utilização de lucros do semestre corrente.

(d) DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Patrimônio líquido	681.237	705.735
Participação em sociedades	(359)	(387)
Ativos intangíveis	(7.019)	(4.763)
Despesas antecipadas	(3.180)	(4.618)
Superavit TAP (i)	4.865	2.634
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**675.544**	**698.601**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de subscrição	610.459	617.538
Capital de risco de crédito	26.429	25.354
Capital de risco operacional	17.688	17.678
Capital de risco mercado (ii)	18.115	10.041
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(26.044)	(19.701)
Total de capital de risco (II)	**646.647**	**650.910**
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**646.647**	**650.910**
Suficiência de capital	**28.897**	**47.691**

(i) A Resolução CNSP nº 343/16 institui este e outros ajuste associados à variação dos valores econômicos ao PLA.
(ii) A partir de 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, fica exigida a constituição de 50% do valor apurado para o capital de risco baseado no risco de mercado e integralmente a partir de 31 de dezembro de 2017.

19. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2017			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	911.726	904.866	60,5	19,4
Resp. Civil Facultativa	267.068	268.000	68,0	17,5
DPVAT	42.165	41.394	85,7	1,2
Assistência e outras coberturas auto	112.910	76.541	93,4	18,2
Demais Ramos	13.262	13.224	11,0	19,5
	1.347.131	**1.304.025**	**64,3**	**18,4**

	Junho de 2016			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	913.785	890.982	61,1	19,7
Resp. Civil Facultativa	270.486	265.762	62,2	17,8
DPVAT	60.274	59.424	86,3	1,4
Assistência e outras coberturas auto	69.382	66.392	93,7	18,7
Demais Ramos	16.843	19.866	2,1	19,7
	1.330.770	**1.302.426**	**63,2**	**18,4**

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2017		Junho de 2016	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(44.415)	(44.415)	(26.161)	(26.161)
Provisão de riscos não expirados	2.080	2.080	(1.332)	(1.332)
Outras provisões	(771)	(771)	(851)	(851)
	(43.106)	**(43.106)**	**(28.344)**	**(28.344)**

21. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Junho de 2017	Junho de 2016
Comissões sobre prêmios retidos	224.016	229.247
Outras despesas de comercialização	17.130	18.411
Variação das despesas de comercialização diferidas	(1.736)	(7.971)
	239.410	**239.687**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2017	Junho de 2016
Receitas com operações de seguros	2.928	747
Receitas - DPVAT	712	105
Total de outras receitas	**3.640**	**852**
Despesas com serviços de assistência	(19.519)	(23.030)
Despesas com sistema de riscos	(15.573)	(18.857)
Despesas com adm.de apólices e contratos	(12.189)	(29.255)
Despesas com cobrança	(7.765)	(6.422)
Convênio DPVAT	(4.452)	(4.635)
Despesas com encargos sociais	(3.280)	(3.851)
Outras	(4.385)	(3.676)
Total de outras despesas	**(67.163)**	**(89.726)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(63.523)**	**(88.874)**

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2017	Junho de 2016
Despesas compartilhadas (*)	(86.770)	(73.435)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(26.000)	(26.198)
Localização e funcionamento	(10.432)	(10.837)
Serviços de terceiros	(12.786)	(11.292)
Outras	(3.814)	(2.235)
	(139.802)	**(123.997)**

(*) Referem-se a rateio e repasse de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 26).

24. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Junho de 2017	Junho de 2016
COFINS	(23.410)	(23.893)
PIS	(3.804)	(3.883)
Outras	(2.065)	(2.171)
	(29.279)	**(29.947)**

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2017	Junho de 2016
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	47.295	52.985
Adicional de fracionamento de prêmios	33.938	37.824
Juros de títulos disponíveis para a venda	27.581	49.139
Variações monetárias dos depósitos judiciais	3.061	3.481
Outras	2.963	3.393
Total de receitas financeiras	**114.838**	**146.822**
Operações de seguro	(10.709)	(12.820)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(3.177)	(3.280)
Outras	(1.269)	(730)
Total de despesas financeiras	**(15.155)**	**(16.830)**
Resultado financeiro	**99.683**	**129.992**

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais;
(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2017	Dezembro de 2016
Passivo		
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	22.078	21.486
	22.078	**21.486**

	Receitas		Despesas	
	Junho de 2017	Junho de 2016	Junho de 2017	Junho de 2016
Demonstração do resultado				
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	1.375	536	(126.445)	(128.342)
Porto Atendimento	-	-	(6.049)	(4.241)
Proteção e Monitoramento	-	-	(6)	(1.525)
	1.375	**536**	**(132.500)**	**(134.108)**

26.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2017	Junho de 2016
Participação nos lucros - administradores	3.302	4.334
Honorários de diretoria e encargos	980	937
	4.282	**5.271**

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	69,1%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	30,7%
Outros	0,2%

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%

Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,7%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	31,2%
Itaú Unibanco S.A.	57,9%
Banco Itaú BBA S.A.	10,9%

Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	38,7%
Outros	10,3%

(*) Participações nas ações ordinárias.

***

MEMBROS DA DIRETORIA

Diretor Presidente – Fabio Luchetti
Diretor Geral – Produto Automóvel – Luiz Alberto Pomarole
Diretor Geral – Seguros Patrimoniais – Roberto de Souza Santos
Diretor Geral – Produtos e Serviços – Ney Ferraz Dias
Diretor Geral – Negócios Financeiros e Investimentos – Marcelo Barroso Picanço
Diretor Geral – Financeiro e Controladoria – Celso Damadi
Diretor Geral – Suporte e Governança – Lene Araújo de Lima
Diretor Geral – Corretores de Seguros e Vendas On-Line – José Rivaldo Leite da Silva
Diretor de Sinistro Automóvel – Lauriberto Tadeu Tavares
Diretor Operacional – Lauriberto Tadeu Tavares
Diretor Técnico – Fabio Ohara Morita
Diretor de Produto – Automóvel – Luiz Felipe Milagres Guimarães
Diretora Financeira, de Patrimônio e Suprimentos – Cláudia de Oliveira Machado Mattedi

CONTADOR RESPONSÁVEL
Contador – Jorge de Oliveira Junior – Contador CRC RJ 068029/O-9

ATUÁRIO RESPONSÁVEL
Atuário – Bráulio Felicíssimo de Melo – Atuário MIBA nº 1588